

política

Projeto cria Escritório de Reconstrução na Capital

Câmara de Porto Alegre deve votar proposição nesta semana



Reunião conjunta de comissões do Legislativo municipal liberou a proposta para apreciação do plenário

/ CLIMA

Ana Carolina Stobbe
ana.stobbe@jcrs.com.br

O projeto que cria o Escritório de Reconstrução e institui o Programa Porto Alegre Forte deve ser votado na próxima semana pela Câmara Municipal da Capital. Na quarta-feira passada, uma reunião conjunta das comissões liberou a proposta para apreciação do plenário. Na ocasião, o projeto foi rejeitado pela Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude e empatou na de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana (Cedecondh), sendo aceito pelas outras quatro.

Apesar de ter sido aprovado, o projeto inspirou críticas. Em especial, devido ao seu impacto nas finanças municipais. No parecer prévio realizado pela Procuradoria-Geral do Legislativo, as finanças foram justamente o principal ponto abordado. O documento considera que o projeto apresentou “conformidade jurídica parcial” ao não cumprir integralmente com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Um dos parlamentares a se opor ao projeto foi o vereador Tiago Albrecht (Novo), apontando análise técnica realizada por assessores da bancada e

que demonstrariam o pagamento duplicado de gratificações a funcionários já contratados pela prefeitura e que seriam realocados para o Escritório. Segundo Albrecht, as despesas foram omitidas do impacto financeiro apresentado para o projeto e gerariam um custo adicional de R\$ 12.256,93 por servidor.

Ele também apresentou um despacho da Secretaria de Administração e Patrimônio (Smap) no qual o órgão alega que “a acumulação de gratificações análogas tem sido, por regra, proibida na política remuneratória do Município, para evitar que uma mesma condição seja gratificada em duplicidade. Nesse sentido, a permissão de acumular Gratificação de Resultado Fazendário e de Programação Orçamentária com gratificações que a lei estabelece como incompatíveis representa alteração substancial na política remuneratória, recomendando-se análise técnica e jurídica”.

O líder da oposição ao governo Melo na Casa, vereador Roberto Robaina (PSOL), corroborou as críticas de Albrecht e apoiou o colega de parlamento, embora se enquadrem em espectros políticos divergentes. “O governo tem uma secretaria que busca preservar um pouquinho a decência, apresenta o que é proibido, que não se pode acu-

mular gratificações e o governo apresenta um projeto que acumula gratificações. Um vereador vem na tribuna, denuncia o problema e ninguém do governo contesta”, reclamou.

No parecer conjunto das comissões, no entanto, a relatora Cláudia Araújo (PSD) alega que “a necessidade da criação de cargos em comissão, em caráter excepcional e temporário, até 31 de dezembro de 2024 é essencial para o sucesso do projeto e é justificada pela natureza urgente e complexa das ações, com a contratação de profissionais especializados para desempenhar funções críticas na execução do Programa Porto Alegre Forte”.

O projeto foi encaminhado pelo Executivo em regime de urgência ao presidente da Câmara, vereador Mauro Pinheiro (PP), no dia 20 de junho. A iniciativa inclui a criação do Fundo Municipal de Reconstrução e Adaptação Climática e do Escritório de Reconstrução e Adaptação Climática. O planejamento estratégico será dividido em seis eixos: infraestrutura e equipamentos públicos; habitação de interesse social; projetos urbanos resilientes; recuperação de atividades empresariais; adaptação climática; e monitoramento e transparência. No total, a prefeitura projeta investimentos de aproximadamente R\$ 850 milhões.

CNJ lança painel de casos judiciais relacionados às enchentes no RS

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lançou o Painel de Monitoramento da Judicialização sobre as Enchentes do Rio Grande do Sul. A proposta é de otimizar o acompanhamento de processos judiciais relacionados à catástrofe climática, com atualização permanente do número de casos ingressados.

Até a quarta-feira passada, o número era de 479. O painel online também traz informações referentes à evolução dos casos novos mês a mês, à quantidade por segmento de Justiça - Estadual ou Federal e a faixa de valores da causa.

O material é extraído diretamente da plataforma Codex, que reúne a base de dados de processos dos 91 tribunais brasileiros. De acordo com o secretário de Estratégia e Projetos do CNJ, Gabriel Matos, é a primeira vez o órgão está utilizando-se de da-

dos extraídos do sistema Codex para disponibilizar esse tipo de consolidação de dados, permitindo maior rapidez na obtenção de informações dos casos judiciais vinculados a calamidade climática do Rio Grande do Sul.

O comitê de monitoramento foi criado em 10 de maio deste ano pelo presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, por meio da Portaria número 161, de 2024. Além de acompanhar a judicialização relacionada às enchentes, o comitê do CNJ, formado por 14 juízes e juízas, tem a função de coordenar as ações necessárias à atuação eficiente do Poder Judiciário no contexto dos eventos climáticos, promover a integração de instituições e articular medidas para solução pacífica de conflitos e até mesmo de desjudicializar alguns casos, entre outras atividades.

TRE instala hoje comitê de Combate à Fraude de Cotas de Gênero

/ ELEIÇÕES 2024

Um comitê para combate às fraudes nas cotas de gênero nas eleições será instalado hoje pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Rio Grande do Sul. A cerimônia será realizada às 17h no plenário da sede do órgão, com transmissão ao vivo pelo seu canal no YouTube.

Embora tenha afirmado que, no Estado, as ocorrências desse tipo de fraude são isoladas, o presidente do TRE, desembargador Voltaire de Lima Moraes, considera que a iniciativa segue sendo relevante. Prin-

cipalmente, para fazer com que as candidatas gaúchas se insiram na política de maneira efetiva e não meramente formal, obedecendo ao percentual mínimo de 30%.

Inicialmente, a proposta é de que o comitê funcione como um observatório aos delitos do gênero cometidos nacionalmente, levantando a jurisprudência e a doutrina já existente. Além disso, a realização de reuniões com partidos políticos, candidatos e outros grupos sociais será feita, para conscientizar sobre a importância de combater as fraudes.

Juízes afastados do TRF-4 desde abril poderão voltar às funções

/ LAVA JATO

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou o retorno dos magistrados que atuaram em ações da Operação Lava Jato ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4). Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz e Loraci Flores de Lira estavam afastados desde 15 de abril.

Por decisão unânime tomada em plenário virtual, o colegiado entendeu que a tragédia climática no Rio Grande do Sul justifica a necessidade da continuidade das atividades dos juízes.

“A nova realidade decorrente da emergência climática verificada no Estado do Rio Grande do Sul impôs ao TRF-4 um regime de contingência de gravidade comparável apenas àquela vivida durante os piores momentos da Covid-19 e sob diversos aspectos, bem pior”, disse o relator Luiz Fernando Bandeira de Mello.

No voto, ele relata que ouviu servidoras dos gabinetes dos dois juízes federais sobre a calamidade no Estado, invertendo as fases do processo para permitir o retorno às atividades e reconstituição da força de trabalho local.